



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE, REALIZADA NO DIA
VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZASSETTE**

-----Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e dezassete, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, sobre a presidência de **Laurentino Dias**, o **Primeiro Secretário** – Manuel Salgado e a **Segunda Secretária** – Sílvia Soares. Verificada a existência de quórum, pelo Presidente da Assembleia Municipal foi declarada aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

-----De seguida, pelo **Presidente da Mesa**, foram anunciados os seguintes pedidos de *suspensão*: pelo período de trinta dias, José Augusto Pereira Rodrigues, Armando Cunha Pereira Mota e Susana de Fátima Pinto Cortez de Almeida, todos eleitos pelo PSD, Joaquim Magalhães, eleito pelos IPF e Isabel Maria Oliveira Ferreira, eleita pelo PS; pelo período de 90 dias, José Miguel Durães Carvalho Soares Silva, eleito pelos IPF.--

-----Colocados a votação, ***foram aprovados, por unanimidade.***-----

-----Tomaram assento, os elementos que se seguiam na respetiva lista, por se encontrarem presentes na sala, registando-se a presença de quarenta e oito Membros.-----

-----Em seguida, o **Presidente da Mesa** procedeu à leitura do expediente da Assembleia que ficou à disposição dos Membros, para que, querendo, o consultassem.

-----Depois, o **Presidente da Mesa**, comunicou à Assembleia, a existência de um voto de pesar, subscrito pelo PS, pelo falecimento de Luís Gonzaga Santos que foi presidente da Junta de Freguesia de Vinhós de 1982 até 2001, tendo-se procedido, de imediato, à sua leitura.-----

-----Colocado a votação, ***foi aprovado, por unanimidade.***-----

-----De seguida, o **Presidente da Mesa**, comunicou à Assembleia, a existência de mais um voto de Pesar, subscrito pelo PS, pelo falecimento de Mário Soares, tendo-se procedido, de imediato, à sua leitura.-----

-----Colocado a votação, ***foi aprovado, por unanimidade.***-----

-----Pelo **Presidente da Mesa** foi sugerido que se guardasse um minuto de silêncio.-----



-----O Presidente da Mesa deu a palavra a **Maria Cristina Azevedo Pinho Sousa, eleita pelos IPF**, para apresentar o Relatório da CPCJ, que iniciou a sua intervenção dizendo que o Plenário da Comissão de Proteção de Criança e Jovens de Fafe tinha reunido no passado dia três de janeiro, tendo sido apresentado o relatório. Prosseguiu, dizendo, que em 2015 tinham transitado 82 processos, e no ano em avaliação, tinham sido instaurados oitenta e dois processos e reabertos quarenta e três. O total de saídas tinha sido de 113, entre arquivados, remetidos a tribunal e a outra CPCJ, sendo que no final do ano estavam ativos noventa e quatro processos. A problemática mais sinalizada tinha sido a violência doméstica, mais prevalente na faixa etária entre 15/17 anos, seguida de assunção pela criança ou jovem de comportamentos que podiam comprometer o bem estar e normal desenvolvimento da criança/jovem que incluía, entre outros, comportamentos graves antissociais na escola ou no exterior, consumos de álcool ou estupefacientes, era, também, mais prevalente na faixa etária entre quinze e dezassete anos e, em terceiro lugar, a negligência. Em lugares inferiores surgiam o abandono e absentismo escolar, salientado a ação do Programa de Intervenção nas Escolas de Fafe. Referiu que a entidade que mais sinalizava era a autoridade policial, seguida dos estabelecimentos de ensino e das sinalizações anónimas que chegavam, por via escrita, nomeadamente por correio. Quanto à distribuição das crianças e jovens acompanhadas, por modalidade de ensino, verificava-se que prevalecia o ensino regular. A problemática diagnosticada, após avaliação com maior incidência era a negligência, em segundo lugar a exposição a comportamentos que pudessem comprometer o bem estar e normal desenvolvimento da criança/jovem, em terceiro lugar a exposição à violência doméstica. Prosseguiu, dizendo, que no ano em avaliação não tinham sido tomadas medidas provisórias e que quanto a medidas definitivas tinham sido aplicadas um total de 97, entre apoio junto dos pais, junto de outro familiar e acolhimento residencial. Salientou a prevalência das medidas em meio natural de vida, tal como verificado em anos anteriores. Não tinha havido aplicação de procedimentos de urgência. As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens intervinha para a promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem e perigo, tendo lugar quando os pais, o representante legal ou quem detinha a guarda de fato punham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou



desenvolvimento, ou quando esse perigo resultasse da ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se opunham, de modo adequado, a removê-lo. Integravam as Comissões nas áreas em que tinham sede, o Município, a Segurança Social, o Ministério da Educação e Ciência, o Ministério da Saúde, a Associação de Pais e Encarregados de Educação, o Instituto Português do Desporto e Juventude, os representantes dos cidadãos eleitores designados pela Assembleia Municipal, as Instituições Particulares de Solidariedade Social com carácter institucional e não institucional, as Associações Desportivas e Recreativas, as Forças de Segurança e os técnicos que viessem a ser cooptados. Terminou, dizendo que, o presente relatório tinha sido colocado à votação e sido aprovado, por unanimidade.-----

-----De seguida, o **Presidente da Mesa** explicou ao Deputado **Alexandre Dias Leite, eleito pela CDU**, a razão pela qual não vinha incluída na Ordem de Trabalhos o requerimento, por ele solicitado, sobre a Escola do Santo.-----

-----Usou da palavra **Alexandre Dias Leite, eleito pela CDU** para responder ao **Presidente da Mesa**, exprimindo a sua opinião, relativamente ao assunto em apreço, manifestando o seu desagrado pela forma como o mesmo tinha sido tratado.-----

-----De seguida, o **Presidente da Mesa**, comunicou à Assembleia, a existência de uma Moção sobre Transferência de Competências, subscrito pela CDU, tendo-se procedido, de imediato, à sua leitura.-----

-----Solicitou a palavra **Raul Manuel Rebelo Cunha, eleito pelo PS**, para dizer que concordava, no essencial, com aquilo que tinha sido dito, no entanto a regionalização em Portugal tinha sido sujeita a um referendo, no qual ela tinha sido rejeitada e pelo que não podia concordar com a exigência de uma maior descentralização, exigindo a criação de regiões administrativas, pelo que seria necessário haver um novo referendo, daí não poder votar favoravelmente.-----

-----Usou, também, da palavra **José Manuel Gonçalves Domingues, eleito pelos IPF**, para dizer que, atendendo que o documento tinha acabado de ser distribuído, o que não permitia formalizar uma opinião definitiva, pelo que sugeria ao Deputado Alexandre Leite que a proposta apresentada fosse discutida na próxima sessão.-----



-----Foi dada a palavra a **Alexandre Dias Leite, eleito pela CDU** para se pronunciar e por ele foi dito que não havia inconveniente levar o assunto à próxima Assembleia.-----

-----Colocada à votação, **foi deliberado, por unanimidade, agendar este assunto no período de Antes Ordem do Dia da próxima Sessão desta Assembleia.**-----

-----O **Presidente da Mesa** comunicou a existência de um Voto de Louvor e Congratulação às empresas distinguidas pelo IAPMEI com o estatuto de PME líder 2016 e outras com o de PME Excelência, tendo-se, de imediato, procedido à leitura do mesmo. -----

-----Não havendo intervenções, foi colocado à votação, tendo sido **aprovado, por unanimidade.**-----

-----O **Presidente da Mesa** prosseguiu, comunicando a existência de uma proposta apresentada pelo PSD, sobre a transmissão em direto das Sessões da Assembleia Municipal, tendo-se, procedido de imediato à leitura da mesma.-----

-----Solicitou a palavra **José Manuel Gonçalves Domingues, eleito pelos IPF** para dizer que não tinham nada contra a transparência na atividade pública, no entanto como não era jurista, nem “expert” em matéria de internet, apenas queria questionar se os deputados e os vereadores estariam na disposição de terem uma exposição permanente da sua imagem numa plataforma de internet. Tratava se apenas de uma dúvida, uma vez que não tinha nada a opor relativamente a este assunto.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, tendo sido **aprovado, por maioria, com dezassete abstenções.**-----

-----Por fim, o **Presidente da Mesa** comunicou a existência de uma moção apresentada pela CDU sobre a poluição no Rio Vizela, tendo-se procedido, de imediato, à sua leitura.-----

-----Solicitou a palavra **Rui Sandro Novais da Silva, eleito pelo PSD**, para dizer que todos os grupos parlamentares da Assembleia da República já tinham sido notificados acerca deste assunto. Recordou que tinha havido uma petição, subscrita pelos Amigos do Rio Vizela e outras entidades, que tinha sido discutida na Assembleia, estando todos os grupos parlamentares atentos e sensíveis a este assunto, pelo que o PSD iria votar a favor.-----



-----Foi dada a palavra **Raul Manuel Rebelo Cunha, eleito pelo PS**, para dizer que concordavam com a proposta e até propunham uma ação mais alargada, incluído, também, o Senhor Ministro do Ambiente.-----

-----Usou da palavra **Alexandre Dias Leite, eleito pela CDU**, para dizer que não se opunha ao facto do Ministério do Ambiente também fosse notificado.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, tendo sido **aprovado, por unanimidade**.-----

-----Posteriormente, passou-se ao **período de intervenções**.-----

-----Fez uso da palavra **Diamantino Oliveira Lopes, Presidente da Freguesia de Moreira de Rei e Várzea Cova**, para falar sobre o Tribunal de Fafe que, em 2014, com a reforma do mapa judiciário, o Governo tinha encerrado uma série de tribunais e retirado competências a muitos outros, sendo o caso de Fafe, tendo grande parte as mesmas sido transferidas para Guimarães. Com o novo Governo e atual Senhora Ministra da Justiça, foi permitido a correção de algumas injustiças praticadas com as populações do interior, a Câmara de Fafe esteve atenta e conseguiu recuperar algumas valências que tinham sido retiradas. Prosseguiu dizendo que, desde janeiro, estava a funcionar em Fafe, um juiz de família e menores que abrangia a área dos Municípios de Fafe, Cabeceiras de Basto e de Celorico de Bato, pelo que passaram a ser tratados e decididos os processos como o divórcio, poder paternal, pensão de alimentos, incumprimentos, entre outros. Realçou a importância das obras de permitiram o acesso ao tribunal a pessoas com mobilidade reduzida, pelo que a Câmara estava de parabéns. Lamentou o facto de ainda faltarem as obras no edifício. Terminou, tecendo alguns comentários sobre o Quartel da GNR, lembrando que muitas pessoas não acreditavam que essa obra viesse a concretizar-se, tendo realçado a sua grandeza e qualidade, que devia orgulhar todos os Fafenses.-----

-----De seguida, usou a palavra **Alexandre Dias Leite, eleito pela CDU**, para questionar o Presidente da Câmara sobre a Lagarta do Pinheiro que era uma praga que prejudicava as árvores, mas que podia também, em contactos com animais domésticos ou com crianças, causar irritações. Existiam terrenos, propriedade da Câmara, que tinham esse problema, pelo que solicitou informação sobre as medidas de prevenção. Falou sobre a forma como algumas podas de árvores eram feitas, já há



várias anos, em que as mesmas quase eram destruídas. Solicitou, também, esclarecimentos sobre o nome oficial das freguesias após o processo de agregação das mesmas.-----

-----Usou da palavra **Armindo Manuel Tavares Fernandes, eleito pelo PS**, para dizer que se tinham realizado, desde a última sessão, eventos, na sua maioria tradicionais, tendo destacado os diários ibéricos de dança e música flamenga que, pela primeira vez, tinham sido realizados. Falou sobre o terceiro encontro de cantares de Reis, que tinha corrido muito bem. Por fim, destacou o Rally Serras de Fafe, nomeadamente a prova noturna, nas ruas do Centro da Cidade, à qual tinha havido uma adesão popular enorme, o que, naturalmente, levava a congratular-se por essa novidade, pelo que deu aos parabéns à Câmara.-----

-----De seguida usou da palavra **Raul Manuel Rebelo Cunha, eleito pelo PS**, para fazer uma declaração política num termo que o saudoso Dr. Mário Soares, tão bem tinha traduzido, com a frase “o direito a indignação”, pelo facto de, ao longo de muitos meses, ter ocorrido, em Fafe, acontecimentos da vida política que tinha desprestigiado a mesma e os políticos. Teceu vários comentários sobre a situação do Partido Socialista em Fafe.-----

-----Fez uso da palavra **José Augusto Rodrigues de Sousa, eleito pelo PSD**, que iniciou a sua intervenção para dizer que, também ele, tal como o Presidente da Junta, Diamantino Lopes, sabia que muita gente não acreditava que a construção do novo quartel da GNR viesse a concretizar, pelo que o PSD tinha honrado a sua palavra. Falou numa notícia do jornal, onde se lia que as refeições que estavam a ser servidas nas escolas, em péssimas condições, estando frias e em pouca quantidade, pelo que solicitou esclarecimento sobre o assunto.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que prestou os seguintes esclarecimentos:-----

- Sobre a lagarta do pinheiro, já existia um levantamento das áreas afetadas, estando a intervenção dos serviços competentes já programada;-----
- Sobre a poda das árvores disse que ia solicitar informação aos serviços respetivos;-----
- Sobre as refeições escolares, esclareceu que o procedimento tinha sido alterado por via da mudança de um protocolo que existia com o Ministério da Educação, em que era



utilizado o concurso que o próprio Ministério lançava e depois a Câmara comprava-lhe as refeições para os alunos, pelo que, por força dessa mudança, tiveram de avançar com um concurso novo e utilizar os recursos existentes, a empresa era a mesma, só que em vez de confeccionar as refeições nas cozinhas em que o fazia, passou a fazê-las num outro sítio. No início da transição, tinha havida uma dificuldade em garantir que a refeição fosse servida em quantidade e com qualidade, nomeadamente em termos de temperatura, tendo sido esse problema já resolvido. Prosseguiu dizendo, que o que não estaria propriamente adequada, era a refeição servida às crianças com os hábitos alimentares da nossa região, pelo que estavam a tratar com os responsáveis das escolas e com os técnicos, nomeadamente os nutricionistas, de forma a adequar a refeição, sendo equilibrada do ponto de vista nutricional e em conformidade com os hábitos alimentares portugueses.-----

-----O **Presidente da Mesa** deu como terminado o período de Antes da Ordem do Dia, passando-se, imediatamente, para o **Período da Ordem do Dia - Ponto dois ponto um – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade Municipal.** -----

-----**A Assembleia tomou conhecimento.**-----

-----Não havendo intervenção, passou-se, imediatamente, ao **Ponto dois ponto dois – Apreciação e votação de Proposta da Câmara de 1.ª Revisão aos documentos provisionais de 2017;**-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para apresentar a proposta.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, tendo sido **aprovado, por maioria, com uma abstenção.**-----

-----Passou-se, posteriormente, para o **ponto dois ponto três - Apreciação da informação da Câmara relativa aos compromissos plurianuais assumidos no 4.º trimestre de 2016;**-----

-----**A Assembleia tomou conhecimento.**-----

-----Em seguida, passou-se ao **ponto dois ponto quatro – Apreciação da informação da Câmara sobre a declaração a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei 22/2015, de 17 de março;**-----



-----**A Assembleia tomou conhecimento.**-----

-----A seguir, passou-se ao **ponto dois ponto cinco – Apreciação da informação da Câmara sobre a declaração a que se refere a alínea b) do nº 1 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei 22/2015, de 17 de março;**-----

-----**A Assembleia tomou conhecimento.**-----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto seis – Apreciação e Votação de Proposta da Câmara relativa ao Protocolo de Investimento com a Freguesia de Fafe;**---

-----Pelo **Presidente da Mesa** foi sugerido que a discussão dos pontos 2.6, 2.7, 2.8, 2.9 e 2.10 fosse conjunta, dado que se tratava do mesmo assunto, só que referente a freguesias distintas, sendo no entanto, a votação feita individualmente.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que explicou que existia um protocolo de transferência de competências e de apoio ao investimento com as freguesias, a que as mencionadas, dado que não tinham tido a capacidade de executar os seus planos de obra todos no ano de 2016, vinham solicitar a transferência para o ano de 2017.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, tendo sido **aprovado, por unanimidade.**-----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto sete - Apreciação e Votação de Proposta da Câmara relativa ao Protocolo de Investimento com a Freguesia de Travassós;**-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, tendo sido **aprovado, por unanimidade.**-----

-----Passou-se para o **ponto dois ponto oito - Apreciação e Votação de Proposta da Câmara relativa ao Protocolo de Investimento com a Freguesia de Vinhós;**-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, tendo sido **aprovado, por unanimidade.**-----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto nove - Apreciação e Votação de Proposta da Câmara relativa ao Protocolo de Investimento com a Freguesia de Arões Santa Cristina;**-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, tendo sido **aprovado, por unanimidade.**-----



-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto dez - Apreciação e Votação de Proposta da Câmara relativa ao Protocolo de Investimento com a Freguesia de Medelo;**-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, tendo sido **aprovado, por unanimidade.**-----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto onze - Apreciação e Votação de proposta da Câmara de Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais relativamente ao Fornecimento de Energia Eléctrica para as instalações alimentadas em média tensão, baixa tensão e baixa tensão normal do Município de Fafe para o ano de 2017/2018;**-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para explicar que se tratava de um concurso que pelo valor e pelo facto de assumir compromissos plurianuais precisava da autorização da Assembleia.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, tendo sido **aprovado, por unanimidade.**-----

-----Por fim, passou-se para o **ponto dois ponto doze - Apreciação da deliberação da Câmara que recaiu sobre Moção remetida pela Assembleia Municipal de Amares, sobre "Taxas de Servidão Agrícola".**-----

-----Solicitou a palavra **Alexandre Dias Leite, eleito pela CDU**, para dizer que a legislação a que se referia este assunto já tinha sido revogada.-----

-----Pedi a palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que se tratava de uma comunicação entre Assembleias Municipais.-----

-----**A Assembleia tomou conhecimento.**-----

-----Terminada a Ordem de Trabalhos, o **Presidente da Mesa** disse que, após a leitura do Regulamento e da Lei, relativamente a inclusão do requerimento do deputado Alexandre Leite, e salvo melhor opinião, entendia que ele tinha razão. De seguida, colocou à votação a ata da sessão ordinária realizada em trinta de novembro de dois mil e dezasseis, sendo aprovada, **por maioria, com uma abstenção.**-----

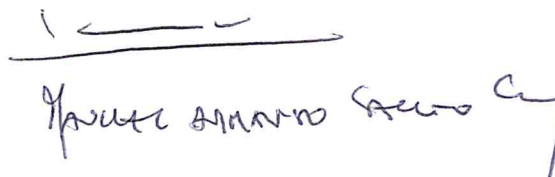
-----Posteriormente, o **Presidente da Mesa** deu a palavra ao público, na pessoa de **Fernando Miranda** para tecer alguns comentários sobre os atividades municipais.-----

-----Não havendo intervenções, foi dada a palavra à Primeira Secretária, que



procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. Colocada a votação, foi aprovada, por unanimidade.-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram meia hora e trinta minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e dezasseis .- E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete do Anexo I da Lei número setenta e cinco de doze de setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.-----


Município de Fate